

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO N.º DE 2006
(Da Senhora Deputada Mariângela Duarte)

Requer a realização de audiência pública para discutir sobre o “Plano Diretor de Atualização Cadastral e Aperfeiçoamento de Sistemas de Votação e Identificação do Eleitor”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir sobre o “Plano Diretor de Atualização Cadastral e Aperfeiçoamento de Sistemas de Votação e Identificação do Eleitor”.

JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal Superior Eleitoral – TSE aprovou, em sessão administrativa de 09/06/2005, o “Plano Diretor de Atualização Cadastral e Aperfeiçoamento dos Sistemas de Votação e Identificação do Eleitor”, que prevê o recadastramento de 122 milhões de eleitores, em todo o País, a substituição do título eleitoral e a compra e modernização de 400 mil urnas eletrônicas.

Segundo planejamento elaborado por Grupo de Trabalho da Justiça Eleitoral, para atualização dos cadastros entre outubro de 2005 e dezembro de 2009, os novos títulos deverão ser confeccionados em papel especial, contendo os dados biométricos como impressão digital, fotografia, assinatura e dados pessoais do eleitor, da Justiça Eleitoral e código de barras com o número do título.

Os dados fornecidos pelo eleitor, incluindo a fotografia, a assinatura e a imagem compactada da sua impressão digital, serão armazenados eletronicamente em um novo cadastro, que passará, posteriormente, por um cruzamento de dados utilizando-se o sistema AFIS (sigla em inglês para Sistemas Automatizados de Identificação de Impressões Digitais) que, de acordo com o TSE, servirá para eliminar qualquer duplicidade de inscrição.



4E79AED942

Foi aberto processo licitatório objetivando a modernização das urnas eletrônicas, que seriam equipadas com leitora de código de barras e scanner ótico plano para a leitura da impressão digital, que, no entanto, foi suspenso por uma série de dúvidas e questões, ainda sem respostas das autoridades eleitorais, acarretando o atraso do processo.

O Plano de Identificação do Eleitor foi idealizado para acabar com uma fraude antiga do processo eleitoral brasileiro, verificada mesmo após a adoção das urnas eletrônicas, que consiste em permitir que eleitores portando títulos falsos votem no lugar dos legítimos eleitores, contingência que o novo sistema não resolve, e que permanece, portanto, como foco principal de conflito.

Assim, enquanto o TSE não resolver esses casos de contingência, será inócuo o emprego de recursos com um sistema que, da maneira que está desenvolvido, devolve ao presidente da mesa eleitoral o poder de liberar as urnas para os eleitores que não tiveram suas “digitais” reconhecidas no momento da votação.

Segundo Frank Varela de Moura, Representante Nacional do Partido dos Trabalhadores no TSE, o “Plano Diretor de Atualização Cadastral e Aperfeiçoamento dos Sistemas de Votação e Identificação do Eleitor”, assim como o Processo Eletrônico de Votação com o uso das nossas Urnas Eletrônicas, representa um grande avanço na democracia do País, mas só terá respeito e confiabilidade da sociedade civil, dos partidos políticos, da opinião pública e, principalmente, dos eleitores, quando a Justiça Eleitoral admitir a participação, mediante a apresentação de propostas e sugestões, daqueles que se preocupam com um Sistema de Voto Eletrônico realmente seguro e que não deixe pairar dúvidas sobre os destinos do voto no Brasil.

Portanto, reputamos importante que se promova, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, uma ampla discussão sobre a eficácia desse sistema digital de identificação do eleitor e as consequências de seu emprego nos processos eleitorais.

Esperamos, pois, ver o presente requerimento aprovado pelo Plenário da Comissão, a fim de que seja viabilizada a audiência requerida.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputada **MARIÂNGELA DUARTE**
PT/SP



4E79AED942